Na manhã de hoje, tive uma reunião ao mesmo tempo difícil e prazerosa na sede da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no Barro Branco.

Há três meses, tomei uma decisão e precisava comunicá-la à presidência da Associação dos Oficiais. Mas, como divergências entre adultos, homens ou mulheres, se resolvem como adultos, e não como meninos ou meninas, resolvi esperar a pior fase da covid passar para conversar pessoalmente com a presidência executiva e dos conselhos deliberativo, fiscal e consultivo. E esse dia chegou!

Como todos e todas sabem, desde fevereiro assumi posição anti-bolsonarista mais acentuada e contundente. Nunca nutri simpatia por Bolsonaro, mas, como democrata, respeito o resultado das eleições. Respeito a regularidade das normas e das leis. Respeito a vontade popular, seja ela qual for. Respeito o direito mais profundo da divergência. Respeito o dissenso. Respeito a contrariedade de posições, de doutrinas, de postulados, de ideologias, de políticas. Respeito o antagonismo, desde que as regras do jogo sejam preservadas e observadas. Só não respeito posições autoritárias e ditatoriais. Estas não podem e não devem mais ter vez na história política do País!

Consentâneo com minhas posições, apresentei, na data de hoje, minha carta renúncia à Vice-presidência Institucional da Associação dos Oficiais. É a decição mais coerente que eu poderia tomar. Se apregoo e defendo a democracia, nada mais justo e lícito que pedir minha saída, uma vez que o eleitorado da Associação dos Oficiais é majoritariamente bolsonarista. Não seria justo eu trazer transtornos e percalços à atual presidência, que sempre me tratou com muita lhaneza e cordialidade.

Por outro lado, não poderia, como aqueles que já me conhecem há muito o sabem, abandonar meus princípios e meus valores mais profundos. Não posso trocar minhas convicções por cargos ou benesses do poder, como nunca os troquei em minha carreira. Preceitos pessoais não se barganham. Mantive 35 anos de minha vida dedicados à missão pública, aos interesses mais elevados do Estado de São Paulo, à defesa mais integra dos desígnios de uma Instituição séria, honrada e correta. Sou grato à Polícia Militar por ter me dado tudo que tenho em vida. Não sem esforço, suor, dedicação, tristezas, frustações, alegrias e felicidades, igualmente.

Quis o destino que essa "separação" momentânea acontecesse nesse momento. Não sem razões, para mim óbvias e muito translúcidas.

Convivi com um jovem deputado chamado Jair Messias Bolsonaro no inicio dos anos 90. Ele é a antítese do que é um *militar* na acepção lata da palavra. Como todo espertalhão, prega a ordem, mas descumpriu a ordem estabelecida em normas legais no final dos anos 80. Como todo falastrão, defende o militarismo, mas foi um indisciplinado por excelência. Como todo estelionatário, prega moralismos, mas é useiro e vezeiro em transgredir preceitos éticos públicos. Como todo incauto, despreza e desdenha da doença e da dor alheias. Como todo insensato, cria confusões e disputas em torno de problemas que na realidade não existem. Como todo radical, agride verbalmente e ofende seus adversários. Como todo imaturo, não pode ser contrariado. Como todo estulto, quer valer-se das armas para depor os mecanismos pelos quais ele foi alçado ao poder. Como todo arrivista, quer o poder pelo poder.

Mas, como em toda e qualquer democracia, em que pese eu nada encontrar que o justifique sob o ponto de vista moral ou político, eu deveria e devo respeitá-lo. Até ele namorar e querer casar com golpes militares. A firmeza e a higidez de princípios dos comandantes da três Forças Armadas o fizeram dissuadir de seus propósitos mais

tacanhos, perversos e retrógrados. Ele, então, abandona tudo aquilo que pregou e vai assentar-se ao lado do dito "centrão", seja lá o que isso quer dizer. Depõe sua confiança em parte do estamento político contra o qual fez toda sua campanha. Roberto Jefferson, Valdemar Costa Neto e companhia. Belo exemplo. Suas relações incestuosas com a família Queiroz são o retrato mais aparente da prática delituosa da família Bolsonaro.

Tenho a firme convicção de que a oficialidade comete grave erro. Um erro histórico. Não a Instituição, organização independente da vontade de seus componentes. Essa permanece firme em seus propósitos legais e na defesa do ordenamento jurídico, à semelhança do que ocorreu com as Forças Armadas. Mas de seus integrantes, que, por um engodo, tem feito uma opção que julgo não ser a mais adequada.

Apesar de contraditório de minha parte, é exatamente essa firmeza de propósitos dos e das oficiais da Polícia Militar de São Paulo que me faz respeitá-los e admirá-las. Não receberam nada em troca. Não soma uma dezena, os cargos recebidos por integrantes da PMESP na administração pública federal, em contraposição a quase 3.000 das Forças Armadas. Não usufruem os privilégios do poder. É uma tropa leal por ser leal. Mas temos que analisar o quadro desprovido das lentes da ideologia, que esse governo tanto apregoa. Não podemos agir como torcida organizada. O fim do campeonato nem sempre pode nos ser benéfico.

A democracia pode não ser o melhor dos mundos. Mas seguramente não é o pior. Não justificamos ditaduras na Venezuela, em Cuba ou na Coreia do Norte. Também não devemos justificá-la em nosso Brasil. Não podemos justificar e legitimar os desmandos e a corrupção que grassam no País. Mas as soluções só podem sair da democracia, como saíram em democracias consolidadas como Finlândia e Estados Unidos, cujas sociedades eram permeadas por corrupção até o início do século 20. Temos o dever de perseverar e

lutar pela liberdade. Pela livre expressão do pensamento. Pelo livre exercício de manifestação. As armas não são e nunca serão a alternativa para o dissenso na busca pelo consenso. As ditaduras nunca se sobreporão às soluções que as democracias apresentam. Leva tempo. Carece de paciência. Mas ainda é a melhor alternativa para o ser humano sob o ponto de vista institucional. É nosso dever lutar por nosso povo e por nossa Nação. Sempre com democracia e liberdade garantidas!

Desejo, de coração, sorte a todos.

Não se trata de uma separação consensual. Muito menos litigiosa. Mas de um mero afastamento temporal. Continuamos lutando.

Abraço fraterno

São Paulo, 07 de julho de 2020.

GLAUCO CARVALHO